

# ARQUITECTURA E PODER

## Para uma historiografia do Movimento Moderno em Portugal<sup>1</sup>

Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia

CEAA | Centro de Estudos Arnaldo Araújo (uID 4041 da FCT)

Escola Superior Artística do Porto, Portugal

### *Abstract*

*Starting from the Survey on Portuguese Regional Architecture, carried out between 1955 and 1960 by the Portuguese Architects' Union with official support from the government, this paper intends to identify the main points of view from historiography of the Modern Movement in Portugal, with regard to the motivations of each of the parts (Architects' Union and State) that were involved in the process of the Survey and to the conditions of the profession in its relationships with the political power, whose discussion on the existence of an architecture **of or in** Estado Novo has somehow come shape.*

O Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, realizado entre 1955 e 1960 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos e publicado com o título *Arquitectura Popular em Portugal* (1961), constitui um levantamento notável realizado por alguns dos arquitectos modernos e financiado pelo Ministério das Obras Públicas do governo de Salazar.

Directamente articulado com o problema da relação entre arquitectura e identidade nacional - para os seus autores tratava-se de demonstrar a existência de soluções arquitectónicas diversificadas como contraponto à procura de um “estilo nacional” que vinha do século anterior<sup>2</sup> - este levantamento deveria, segundo Keil do Amaral, lançar “as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável” (*apud* Almeida, 2008, 107).

Analisado no seu conjunto, o *Inquérito* apresenta resultados condicionados pelo olhar de cada uma das 6 equipas<sup>3</sup> que percorreram o território, que partilham um interesse pela arquitectura popular muito vinculado aos aspectos formais. Contudo, este documento não só foi importante para o conhecimento do país rural, que registou no momento em que

---

<sup>1</sup> Esta comunicação foi realizada no âmbito do projecto de investigação em curso *A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma leitura Crítica* (FCT: PTDC/AUR-AQI/099063: COMPETE: FCOMP-01-0124-FEDER-008832).

<sup>2</sup> Para um primeiro levantamento da historiografia do Inquérito e dos problemas a ele associados ver A. Cardoso e MH Maia (2011).

<sup>3</sup> O país foi dividido para o efeito em 6 Zonas, cada uma a cargo de uma equipa de 3 arquitectos.

começava a desaparecer (Pereira, 2000), como teve consequências relevantes na evolução da arquitectura moderna portuguesa (Portas, 1978).

Este trabalho mereceu a atenção do próprio Salazar que estava particularmente interessado nos resultados do Inquérito, o que explica que os seus autores lhe tenham apresentado as provas finais do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, antes da impressão do mesmo.

Segundo Nuno Portas, o *Inquérito* foi possível graças a “uma curiosa coincidência de equívocos ou fingimentos” pois, enquanto o governo pensava estar a contribuir para a identificação dos sinais de *aportuguesamento* da arquitectura nacional, os arquitectos pretendiam “armadilhar um documentário explosivo” que demonstrasse a existência de “tantas tradições quantas as regiões” (Portas, 1978).

Esta mesma leitura é retomada no Prefácio da 2ª Edição da *Arquitectura Popular em Portugal* (Pereira, 1979), onde se defende que este equívoco, quanto à partilha de objectivos entre os arquitectos e o Estado, foi mantido intencionalmente pelos primeiros, para assegurar o financiamento necessário à concretização do projecto.

Efectivamente, os resultados trazidos pelo Inquérito vieram provar “que não havia ‘uma’ arquitectura portuguesa, mas muitas e variadas”, como esclarece Nuno Teotónio Pereira (2000:70).

No entanto, Vieira de Almeida (2007: 110) nota que esta comprovação da diversidade da arquitectura popular portuguesa pode ter resultado simplesmente do facto das equipas terem partido para o terreno “militantemente dispost[as] a ler a diversidade, tudo o que no território nacional resulta desuniforme, desconexo” em vez de “privilegiar aquilo que no território nacional são ‘permanências’, não só no tempo mas no espaço”.

E é esta atitude predeterminada ao *Inquérito* que a Introdução à 2ª Edição veio, segundo este autor, historicamente legitimar ao reconhecer uma “deliberada e circunstancial estratégia de contrariar uma alegada interpretação oficial” (Almeida, 2008:108).

É por isto, que para Vieira de Almeida (2008:105), as “condicionantes e consequências” do Inquérito à *Arquitectura Regional* constituem um dos mal-entendidos na leitura da arquitectura moderna portuguesa.

Analisada a fortuna crítica deste tema, constatamos que a interpretação do *Inquérito* como um acto de resistência contra as imposições do Estado Novo no campo da arquitectura surge apenas após a queda do mesmo, em Abril de 1974.

De facto, a existência da imposição de uma linguagem arquitectónica por parte do regime

(Pereira e Fernandes, 1982; Pereira, 1987) não só não é consensual, como tem vindo a ser questionada (Almeida e Maia, 1986; Almeida, 1994, 1997, 1998 e 2002), como veremos mais à frente.

Efectivamente, Vieira de Almeida (2007:108) defende que “um dos equívocos de base na formulação do *Inquérito*” é precisamente a ideia de que haveria uma imposição de um *estilo* ou *estilos* nacionais por parte do Estado.

É o caso, por exemplo, da posição de Nuno Teotónio Pereira ao identificar como uma das consequências imediatas do *Inquérito* “ter proporcionado provas inquestionáveis de que a pseudo-arquitectura propagandeada e até imposta pela ditadura do Estado Novo não passava de uma mistificação baseada em clichés manipulados cenograficamente” (Pereira, 2000:70).

Para este autor, no I Congresso de Arquitectura, que teve lugar em 1948, ter-se-iam as condições necessárias para que a classe tomasse consciência da necessidade de ter liberdade de expressão na prática arquitectónica, mas seria o resultado do *Inquérito* que constituiria em termos culturais “o enterro definitivo das concepções de cariz político ultra-nacionalistas” no domínio da arquitectura portuguesa (Pereira, 2000:70).

Aqui importa realçar que, sob o ponto de vista historiográfico, existem variantes na interpretação do que terá sido a relação entre os arquitectos modernos e o Estado Novo, bem como quanto ao nível de interferência do segundo no que à linguagem arquitectónica se refere.

Logo nos dois primeiros textos em que se traça uma História da arquitectura portuguesa do século XX (França, 1974; Portas, 1978), são identificadas três gerações, a segunda das quais com tempos de sobreposição com as restantes, que *grosso modo* teriam vivido outras tantas formas de relação com o poder e com o movimento moderno.

Em primeiro lugar, a geração dos *pioneiros*<sup>4</sup> (França, 1974: 439) que, nas palavras de Portas (1978: 707) “iniciou o ciclo dos caixotes envidraçados”, e que até meados da década de 30 praticou livremente a arquitectura que quis, com a complacência do regime, que lhe entregou obras públicas de grande visibilidade, apesar dos lamentos e acusações de *desnacionalização*<sup>5</sup> dos sectores mais conservadores da sociedade.

Relativamente à constatação desta situação, com pequenas variantes, todos os autores são

---

<sup>4</sup> Principalmente Cristino da Silva, Rogério de Azevedo, Carlos Ramos, mas também Cassiano Branco, Jorge Segurado, Adelino Nunes e Porfírio Pardal Monteiro (Portas, 1978: 707).

<sup>5</sup> Como é o caso de José Figueiredo, citado por França (1974: 229).

consensuais, o mesmo acontecendo no que se refere ao facto de – com o liceu de Beja para uns (Portas, 1978: 710), com a Praça do Areeiro, para outros (França, 1974), – “pode[r] considerar-se findo o modernismo arquitectural dos anos 20-30, enterrado por quem o propusera, por estes arquitectos que a vida venceu ou a ela não puderam nem souberam impor-se, geração individualista, sem coesão de classe, nem programa ou actividade cultural comum” (França, 1974: 247-48).

De facto, é esta mesma geração que vai aderir, em muitos casos com manifesto entusiasmo, ao novo regime, o que é bem evidente nas respostas que deram à encomenda ideologicamente marcada de Duarte Pacheco para Lisboa ou à participação na Exposição do *Mundo Português*, realizada em 1940, em plena II Guerra Mundial.

É também consensual que esta exposição constituiu simultaneamente o “ponto de chegada e involução da arquitectura moderna portuguesa” (França, 1974: 225).

Apostando na propaganda do nacionalismo emergente e sobretudo do regime que pretende glorificar (Portas, 1978: 719), esta exposição vai ser projectada pela primeira geração dos arquitectos modernos a quem é entregue a sua concepção arquitectónica, com Cottinelli Telmo a chefiar o grupo.

À encomenda desta Exposição responderam entusiasticamente os arquitectos, aderindo à “vanguarda da restauração’ sentindo que o modernismo internacional das suas obras de juventude [...] não podia responder ao exaltado momento histórico” que se vivia (Portas, 1978: 719).

Assim se entra num novo período, conhecido como os *anos negros do fascismo*, que mesmo Nuno Teotónio Pereira (1987: 346), o seu maior denunciador, considera designação excessiva no que à arquitectura se refere. Nuno Portas chamou-lhe *anos cinzentos, anos tristes* (*apud* Pereira e Fernandes, 1987:346) mas outros autores preferem *anos amargos* (Ferreira e Gomes, 1986: 17; Pereira e Fernandes, 1987: 346), durante os quais o Estado Novo teria alegadamente construído e imposto uma linguagem arquitectónica oficial.

E escrevemos *alegadamente* porque é precisamente a existência dessa imposição que é o principal objecto de discordância na historiografia da arquitectura produzida durante o Estado Novo.

De facto, os anos 40 são também identificados como *anos de acomodação* (Portas, 1962) e não por acaso, a segunda geração de arquitectos que ganha expressão nesta altura, se reconhece a si mesma como a *geração do compromisso* (Almeida e Maia, 1986: 112).

Efectivamente, muitos autores defendem que por adesão ao regime ou por necessidade de trabalhar, os arquitectos tiveram que construir uma linguagem que correspondesse ao ideário do Estado Novo (Pereira e Fernandes, 1987) e que ficou conhecida por *português suave*.

Teria sido esta a década mais opressiva para os arquitectos, tanto mais quanto a proximidade geográfica do centro do poder, e nela se centram em grande parte as denúncias da historiografia ao constrangimento produzido pelas imposições do regime (Pereira e Fernandes, 1987, Pereira, 1997).

Na verdade, a existência desta imposição é tacitamente assumida em muitos dos estudos que têm vindo a ser realizados sobre o tema, mas as provas da existência de um real constrangimento reduzem-se à “tradição oral de testemunhos passados de geração em geração” (Pereira e Fernandes, 1987: 345), como admitem os próprios autores que mais directamente se dedicaram a denunciar esta questão.

Pedro Vieira de Almeida, que dedicou especial atenção a este problema, compara a situação portuguesa com aquela que foi vivida na Alemanha nazi e na Itália fascista, no que se refere à monumentalidade da arquitectura, constatando que, nem o carácter *ritual* da primeira, nem o carácter *cívico* da segunda têm verdadeiro paralelo no caso português, embora as soluções aqui encontradas não possam ser lidas de forma isolada em relação ao contexto europeu da época (Almeida, 1997, 1998, 2002).

Para este autor, o Estado Novo “nunca existiu como um todo ideológico coerente, nunca definiu nem impôs uma arquitectura, nem os arquitectos assumiriam no geral uma oposição ao régimen, oposição que fosse consequentemente definida em termos profissionais” (Almeida, 1997:94), sendo importante repensar a “cândida interpretação” corrente de que os arquitectos eram, quase sem excepção, politicamente de esquerda e que se opunham ao regime no exercício da sua profissão (Almeida, 1997:95).

Para Vieira de Almeida (1994:53), o que acontece neste período é que, “criando deliberadamente um álibi profissional para a arquitectura que projectavam, os arquitectos habituaram-se a atirar com a responsabilidade dessa mesma linguagem, para pretensas imposições estabelecidas a nível geral, tendentes á criação de uma pretensa arquitectura oficial da ditadura, imposições de carácter sintáctico, historicista, relevando de um duvidoso e académico nacionalismo”.

Por isso defende que nunca existiu uma arquitectura **do** Estado Novo como é correntemente referido nos textos sobre o tema (Pereira e Fernandes, 1987, Tostões, 1994,

etc) mas simplesmente uma arquitectura produzida **no** Estado Novo (Almeida, 1986, 1998, 2002).

Isto não significa que Vieira de Almeida não reconheça a existência de “intervensões pontuais de alguns indivíduos [...] a quem a sorte dava poderes suficientes para, a partir do seu pelouro no aparelho administrativo, vincular as encomendas a tipos formais específicos” (Almeida e Maia, 1986: 114) isto é, de “preferências localizadas por departamentos do Estado, sem que houvesse o predomínio aceite de qualquer tendência globalizante”, pois “não houve uma linha priverligiada de representação do Estado” (Almeida, 1997:96).

Voltando ao I Congresso dos Architectos Portugueses, considerado por Portas (1978:732) como um momento “capital de resistência arquitectónica” ao regime, encontram-se reunidas as duas primeiras gerações modernas, a que se junta uma terceira de jovens que, segundo Nuno Teotónio Pereira (1998), se rebelavam “contra todo o tipo de imposições à livre expressão das suas ideias”.

Para além de marcar o início da “reconquista da liberdade de expressão dos architectos” (Pereira, 1998), uma vez que as comunicações foram dispensadas de censura prévia, foi neste congresso que pela primeira vez os architectos portugueses se reuniram para debater problemas relacionados com a sua profissão, juntando os “antigos e novos, submissos e resistentes em torno de uma manifestação profissional cheia de mal-entendidos” (Portas, 1978:733).

Note-se no entanto a necessidade de sublinhar a duplicidade dos architectos modernos face ao poder, que se detecta na historiografia produzida no pós-25 de Abril, tanto no que se refere ao Congresso dos Architectos de 48 como no que se refere ao Inquérito à Arquitectura Regional que se lhe seguiu em 55.

Efectivamente, ambos foram financiados e apoiados oficialmente pelo Estado e ambos teriam sido usados pelos architectos envolvidos como instrumentos de resistência contra esse mesmo Estado, ao que parece ingénuo objecto de manipulação que teria pago e apoiado o enterro das suas próprias convicções arquitectónicas.

## Bibliografia

- ACCIAIUOLLI, Margarida, 1991 – *Os Anos 40 Em Portugal: o País, o Regime, e as Artes "Restauração" e "Celebração"*. Dissertação de doutoramento em História de Arte, Universidade Nova de Lisboa, 2 vols.
- ACCIAIUOLLI, Margarida, 1998 – *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1986 – “Carlos Ramos – uma estratégia de intervenção” in *Carlos Ramos*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1994 – “A noção de ‘passado’ na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa” in *Rassegna*, Ano XVI, 59 - 1994/III, Milão e Lisboa, p. 52-62.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1997 – “Arquitectura e Poder. Representação Nacional” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfred Wang. Portugal-Frankfurt 97.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 1998 – *Os Concursos de Sagres. Representação 35. Condicionantes e consequências*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Valladolid, 1998, texto policopiado, 2 vols.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 2002 – *A Arquitectura No Estado Novo. Uma leitura Crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, 2008 – *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*, Livros Horizonte, Lisboa.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de e Maria Helena MAIA, 1986 – “O ‘arrabalde’ do céu” in *História da Arte em Portugal. Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Alfa, Lisboa, p. 105-145.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de e Maria Helena MAIA, 1986a – “As décadas pós-Congresso. Os anos 50” in *História da Arte em Portugal. Arquitectura Moderna*. Direcção de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes. Alfa, Lisboa, p. 146-153.
- ARQUITECTURA Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1ª edição, 1961 (2 vol.) 2ª edição; Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980 (1 vol.); 3ª edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988 (3vol.); 4ª edição: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004 (2 vol.). In this text quotations we used the 4th edition.
- CARDOSO, Alexandra e Maria Helena MAIA, 2011 – “Tradition and Modernity. The Historiography of the Survey on Regional Architecture” in *Approaches to Modernity*. Maria Helena Maia and Mariann Simon editors. Porto: CEEA, 2011 (no prelo).
- FERNANDEZ, Sérgio 1988 (1985) – *Percursos – Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, Edições da FAUP, Porto, 2ª edição.
- FERREIRA, Raul Hestnes e F. Silva GOMES, 1986 – *Cassiano Branco e a sua arquitectura*. Catálogo da exposição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- FRANÇA, José Augusto 1974 – *A Arte em Portugal no Século XX*. Bertrand, Lisboa.
- MENDES, Manuel 1987 – “Os anos 50 (Entre a autonomia criativa do ‘novo’ e a crítica ao espaço indiferenciado, ao modelo transferível – os compromissos realistas do ‘estilo internacional’ )”, *RA – Revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, Ano I, número 0, Outubro.
- MENDES, Manuel 1990 – “Porto, The School and its Projects 1940-1986” in *Architectures à Porto*. Pierre Mardaga, Brussels p. 42-84.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel FERNANDES 1982 – “A Arquitectura” in *O Fascismo em Portugal/Actas do Colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa*, pag. 533/551, Edit. A Regra do Jogo. 1982.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e José Manuel FERNANDES 1987 – “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” in *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia 1926-1959*. vol. II. Lisboa: Fragmentos.
- PEREIRA, Nuno Teotónio 1987a – Prefácio da 3ª Edição de *A Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa.

PEREIRA, Nuno Teotónio 1997 – “A Arquitectura de Regime, 1938-1948” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfred Wang. Portugal-Frankfurt 97, p.33-39.

PEREIRA, Nuno Teotónio 2000 – “Reflexos Culturais do Inquérito à Arquitectura Regional” in *J-A*, nº 195, Março/Abril.

PORTAS, Nuno 1978 – “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, in *História da Arquitectura Moderna*, de Bruno Zevi, 2º volume, Editora Arcádia, Lisboa.

PORTAS, Nuno, 1962 – *Jornal de Letras e Artes*, Lisboa, 24-01-1962.

TOSTÕES, Ana 1997 – “Modernização e Regionalismo 1948-1961” in *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Org. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfred Wang. Portugal-Frankfurt 97.

TOSTÕES, Ana 1997 (1994) – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. FAUP, Porto.

**ALEXANDRA CARDOSO.** Arquitecta (FAUP, 1994). É investigadora integrada e membro da Direcção do Centro de Estudos Arnaldo Araújo (uID 4041 da FCT), de que foi Directora entre 2003 e 2010. Tem vindo a colaborar com Pedro Vieira de Almeida desde 1995, nomeadamente no estudo da obra de alguns arquitectos portugueses, como é o caso de Viana de Lima (Árvore/Fundação Calouste Gulbenkian, 1996), Arnaldo Araújo (CEAA, 2002) e Octávio Lixa Filgueiras (CEAA, 2007), que se traduziram em várias exposições e publicações, como *Arnaldo Araújo, Arquitecto, 1925-1982* (2002) e *Octávio Lixa Filgueiras, Arquitecto, 1922-1996* (2007). Actualmente integra a equipa do projecto de I&D A “*Arquitectura Popular em Portugal*”. *Uma Leitura Crítica* (FCT-COMPETE) a desenvolver entre 2010 e 2013, sendo co-autora do estudo *Tradition and Modernity. The Historiography of the Survey to the Popular Architecture in Portugal* (2010).

**MARIA HELENA MAIA.** Licenciada em História, variante de Arte e Arqueologia (FLUP, 1982) e Doutorada em Arquitectura (UVA, 2002). É docente da ESAP (desde 1984) e Presidente do seu Conselho Científico (desde 2002). É ainda Coordenadora Científica e Investigadora Responsável do grupo de Teoria, Crítica e História da Arquitectura do Centro de Estudos Arnaldo Araújo, uID 4041 da FCT (desde 2007), e colaboradora do IHA/EAC da FCSH-UNL (desde 2003). Tem vindo a dedicar-se ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa, tendo recebido o prémio José de Figueiredo 2008 (ex-aquo), da Academia Nacional de Belas Artes pelo livro *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)* e o prémio Ignasi de Lecea 2007-2008 do Public Art & Design Observatory –Universitat de Barcelona enquanto membro da equipa de coordenação dos livros *Arte e Paisagem* e *Arte e Poder*. Actualmente integra a equipa do projecto de I&D A “*Arquitectura Popular em Portugal*”. *Uma Leitura Crítica* (FCT-COMPETE) a desenvolver entre 2010 e 2013.